



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Junta-se ao  
processo do  
Projeto de Lei  
nº 5.029/2019.  
10/9/2019.*

*[Assinatura]*  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

Of. n. 996/2019/SGM/P

Brasília, 13 de setembro de 2019.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**Senador DAVI ALCOLUMBRE**  
Presidente do Senado Federal  
NESTA

Assunto: **Ofício n. 495/2019/PSDB, subscrito pelo Líder e demais integrantes da Bancada do PSDB na Câmara dos Deputados.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho, à consideração de Vossa Excelência e dos demais membros do Senado Federal, o pleito contido no ofício referido em epígrafe, cuja cópia segue anexa.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
**RODRIGO MAIA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

Recebido em 13, 09, 2019  
Hora: 16:44

*[Assinatura]*  
Thiago Geovani Paes Ferreira  
Matrícula: 29851/SLSF/SGM



Documento : 83087 - 1



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 10 de setembro de 2019.

Ofício nº 495/2019/PSDB.

Ao

Exmo. Sr.

Deputado Federal Rodrigo Maia.

DD. Presidente da Câmara dos Deputados.

Brasília – DF

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder de Bancada do PSDB nesta Casa, conduzi, junto aos parlamentares por mim liderados, o processo de votação do Projeto de Lei 11.021, de 2018, conforme texto apresentado pelo Relator, Deputado Wilson Santiago.

Dentre as alterações propostas, está aquela referente à contratação de serviços de contabilidade e advocacia, sendo certo que a redação oferecida, para todos que analisaram o texto, permitia a contratação de advogado para defesa de candidatos filiados à agremiação apenas para ações relacionadas ao processo eleitoral. Tal entendimento decorre da presença, no inciso VIII, na redação proposta para o art. 44 da Lei 9.096/95, da expressão “relacionados ao processo eleitoral”.

Todavia, para alguns intérpretes, a palavra “indireto” e a expressão “ao exercício de mandato eletivo ou que possa acarretar reconhecimento de inelegibilidade”, permitem o entendimento de que o permissivo aprovado abrange a contratação de advogados para defesa de candidatos filiados que respondem a ações penais e de improbidade administrativa.

Esta não foi a intenção de nossa bancada, pois a todo momento entendemos que a contratação se limitava a processos exclusivamente eleitorais.

Expressando tal percepção do PSDB a outros líderes partidários, constatei que o mesmo entendimento é o que levou a outras bancadas apoiarem e votarem a favor da redação proposta.

Ponto: 5648 Ass.:  
Origem: 000

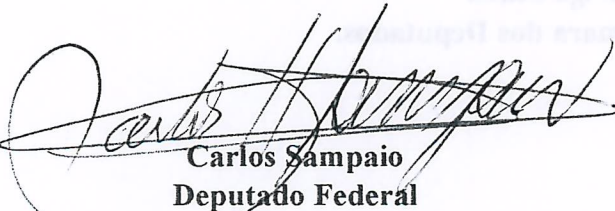
Secretaria-Geral da Mesa SEP/10 11/Set/2019 10:18



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

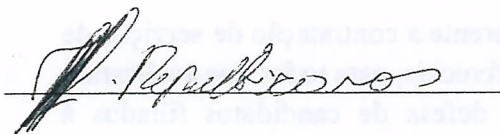
Por essas razões, solicito de Vossa Excelência o especial favor de apresentar, junto ao Presidente do Senado Federal, Senador da República Davi Alcolumbre, o pleito do PSDB e das demais lideranças que a este subscrevem, de promover a retirada do texto de inclusão do inciso VIII, do art. 44 da Lei 9.096, da palavra "indireto" e da expressão "ao exercício de mandato eletivo ou que possa acarretar reconhecimento de inelegibilidade", de forma a que a vontade dos legisladores prevaleça na redação do texto de lei que vier a ser aprovado.

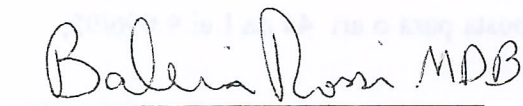
Atenciosamente,

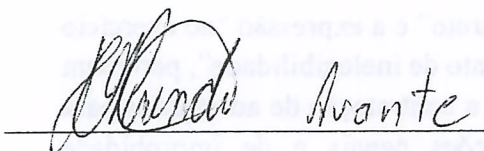
  
Carlos Sampaio  
Deputado Federal

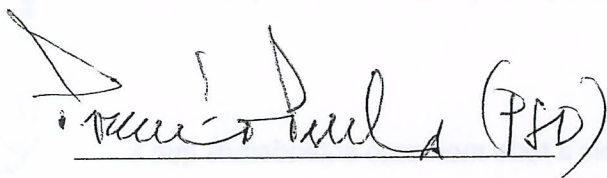
Líder da Bancada Nacional do PSDB

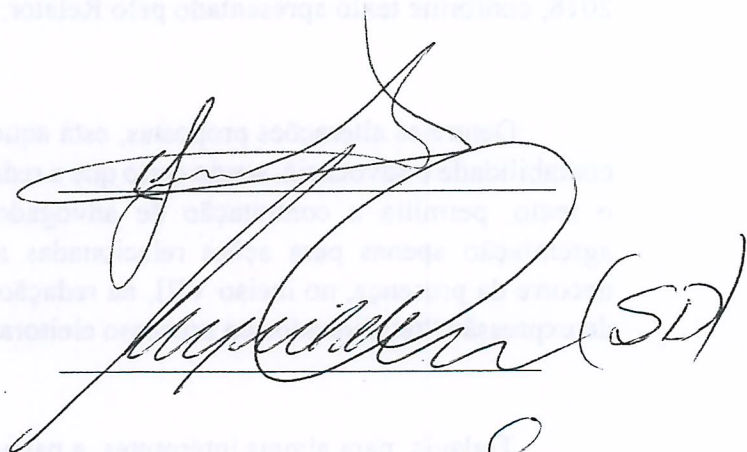
Apoiadores:

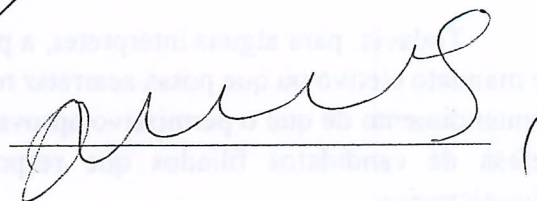
  
J. P. P. P.

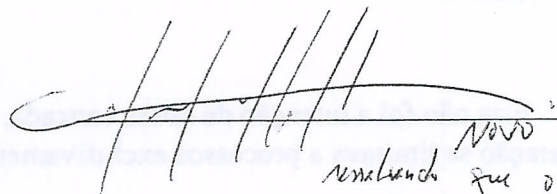
  
Balaia Rossi MDB

  
André Avante

  
Francisco Paula (PSD)

  
J. P. P. P. (SD)

  
J. P. P. P.

  
J. P. P. P.

Novo  
revelando que o NNO já  
votou contra o original